



O MEB E A DITADURA MILITAR: LIÇÕES (DES)CONTÍNUAS

Emmily Daiane da Silva [*]; Kilma Cristeane Ferreira Guedes [**]; Fernando César Bezerra de Andrade [***]

Este artigo analisou o processo dialético de continuidade e descontinuidade das atividades do Movimento de Educação de Base (MEB), discutindo sua criação, funcionamento, práticas educativas e trajetória antes e durante o período do regime ditatorial. O MEB foi criado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), em parceria com o governo federal, para implementar a alfabetização de adultos nas regiões, à época, denominadas “subdesenvolvidas”, a partir do sistema de radioeducação. Assim, rememorou-se as práticas educativas do Movimento na efervescência popular dos anos 1960. Considerou-se como fontes documentais: a legislação (Decretos Presidenciais), cartas de educandos e monitores e documentos produzidos pelo MEB (relatórios, cartas, programas radiofonizados e lições da cartilha *Viver é lutar*). Concebendo a memória como poder e forma de resistência, recorreu-se, para apoiar a discussão desses documentos, aos estudos de Freire (2005), Kadt (2007), Góes (2002) e Pollak (1992). Como resultados, evidenciou-se que o MEB marca a década de 1960 como um grande passo para a educação de adultos, pois possibilitava ao sujeito/trabalhador muito além do conhecimento da palavra, permitindo o reconhecimento de si, como cidadão, dos direitos que precisavam ser conquistados e o entendimento do papel que esse sujeito produtor de cultura possuía na construção da sociedade. Todavia, o MEB sofreu duras penalidades para resistir à ditadura imposta pelo golpe civil-militar, o que implicou na redefinição de sua direção educativa, mais e mais descontinuada, no sentido do silenciamento e, afinal, do cancelamento do programa.

Palavras-chave: Movimento de Educação de Base. Educação Popular. Direitos Humanos.

THE MEB AND THE MILITARY DICTATORSHIP: (DIS)CONTINUOUS LESSONS

ABSTRACT

This article analyzed the dialectical process of continuity and discontinuity in the activities of Movimento de Educação de Base (MEB), discussing its creation, functioning, educational practices and trajectory before and during the period of the dictatorial regime. MEB was created by Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), in partnership with the federal government, to implement adult literacy in regions called “underdeveloped” at the time, using the radio education system. Thus, it was remembered the educational practices of the Movement in the popular effervescence of the 1960s. The following were considered as documentary sources: legislation (Presidential Decrees), letters from students and monitors and documents produced by MEB (reports, letters, radio programs and lessons from the booklet *Viver é Lutar*). Conceiving memory as power and a form of resistance, it was resorted, to support the discussion of these documents, studies by Freire (2005), Kadt (2007), Góes (2002) and Pollak (1992). As results, it showed MEB marks the 1960s as a big step towards adult education, as it enabled the subject/worker to go far beyond the knowledge of the word, allowing the recognition of

Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 33, n. 1, p. 1-25, e-rte331202462, 2024.



themselves as citizens, the rights that needed to be conquered and the understanding of the role that this culture-producing subject had in the construction of society. However, MEB suffered harsh penalties to resist the dictatorship imposed by the civil-military coup, which resulted in the redefinition of its educational direction, which became more and more discontinued in the sense of silencing and, ultimately, the cancellation of the program.

Keywords: Movimento de Educação de Base. Popular Education. Human rights.

EL MEB Y LA DICTADURA MILITAR: LECCIONES (DIS)CONTINUAS

RESUMEN

Este artículo analizó el proceso dialéctico de continuidad y discontinuidad en las actividades del Movimento de Educação de Base (MEB), discutiendo su creación, funcionamiento, prácticas educativas y trayectoria antes y durante el período del régimen dictatorial. El MEB fue creado por la Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), en colaboración con el gobierno federal, para implementar la alfabetización de adultos en regiones entonces consideradas “subdesarrolladas”, utilizando el sistema de educación por radio. Así, recordamos las prácticas educativas del Movimento en la efervescencia popular de los años 1960. Se consideraron, como fuentes documentales: la legislación (Decretos Presidenciales), cartas de estudiantes y monitores y documentos elaborados por el MEB (informes, cartas, programas de radio y lecciones del folleto *Viver é Lutar*). Concibiendo la memoria como poder y forma de resistencia, recurrimos, para sustentar la discusión de estos documentos, a los estudios de Freire (2005), Kadt (2007), Góes (2002) y Pollak (1992). Como resultados, mostramos que el MEB marca la década de 1960 como un gran paso hacia la educación de adultos, ya que permitió al sujeto/trabajador ir mucho más allá del conocimiento de la palabra, permitiéndole el reconocimiento de sí mismo como ciudadano, los derechos que necesitaba conquistar y la comprensión del papel que este sujeto productor de cultura tuvo en la construcción de la sociedad. Sin embargo, el MEB sufrió duras penas para resistir la dictadura impuesta por el golpe cívico-militar, lo que derivó en la redefinición de su dirección educativa, que fue cada vez más discontinuada en el sentido de silenciamiento y, en definitiva, cancelación del programa.

Palabras-clave: Movimento de Educação de Base. Educación Popular. Derechos humanos.

INTRODUÇÃO

O Movimento de Educação de Base (MEB), nascido em 1961 e formalizado pelo Decreto Presidencial nº 50.370/1961, foi uma iniciativa da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que pretendia desenvolver um programa de radioeducação nas regiões do país, à época, denominadas “subdesenvolvidas”, onde o índice de analfabetismo era alarmante.



De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tal índice chegara a 72,6%, na região Nordeste (Brasil, 1960).

Decerto, a educação oferecida pelo MEB alinhava-se à perspectiva crítica do educador e filósofo Paulo Freire, segundo quem, a educação consiste em “[...] ajudar o homem brasileiro em sua emersão [...], no seu processo histórico. Educação que por isso mesmo libertasse pela conscientização (desenvolvida da tomada de consciência) [...]” (Freire, 2005, p. 37).

Assim, na proposta do Movimento, a educação deveria ser considerada política, no sentido da problematização da realidade, para que fosse cumprido o objetivo de permitir ao sujeito/trabalhador refletir sobre sua condição de ser explorado na conjuntura capitalista em que estava inserido. A concretização dessa proposta deu-se com a criação da cartilha *Viver é lutar*, em 1963, que traduzia, em suas páginas, a ideia de que somente através do contato com uma educação libertadora seria possível tomar consciência de sua condição, para assim, agir sobre a realidade vivenciada, permitindo a conquista de outros direitos.

Lima (2019, p. 137) evidencia a educação como uma via para a emancipação do ser humano, possibilitando ao sujeito a reflexão crítica da realidade na qual se insere, sendo essa, uma condição necessária para que o sujeito

se torne apto a lutar por mudança. O ensino do MEB pautado nas concepções de Paulo Freire objetivava desenvolver a concepção de cidadão do sujeito, para que se tornasse consciente e lutasse por seus direitos. A educação é um dos direitos que a cidadania oferece, porém, mais que isso, ela é essencial no desenvolvimento social, político e crítico dos sujeitos, para que eles possam reivindicar direitos quando estes estiverem faltando, serem capazes de detectar de quais injustiças eles estão sendo vítimas para que possam lutar contra elas.

Nessa perspectiva, entendemos que a Educação em Direitos Humanos (EDH) ainda não estava formalizada como política pública naquela época, contudo, o MEB, através de sua prática educacional baseada em Freire, visava uma educação que se constituía numa verdadeira EDH. Desse modo, a concepção de educação mebeana considerava o sujeito trabalhador em sua totalidade, como ser humano inserido em um tempo e em um contexto, como um produtor e produto da própria história e, portanto, como ser de cultura.



Os ideais do MEB, refletidos na cartilha *Viver é lutar*, fortaleciam a perspectiva de uma educação preocupada com a formação humana, problematizando temas, como: trabalho, salário justo, o exercício da cidadania, mobilização popular, conquista de direitos, formação de sindicatos, entre outros. No período imediatamente posterior ao golpe civil-militar, o MEB foi o único grande movimento de educação popular que permaneceu atuando – o que ocorreu, é provável, por sua vinculação com a influente Igreja Católica, mas não sem uma descontinuidade de seus objetivos e de suas práticas, redefinidos de modo significativo, o que se mostrou na obrigação de criar outro material didático que abarcasse as exigências do regime ditatorial.

Entendemos esse processo numa dialética entre a continuidade de um programa que, iniciado no período pré-golpe com um ideário crítico e transformador, teve sua descontinuidade determinada em função do golpe, associada à supressão de sua perspectiva crítica e à posterior extinção e substituição por outros programas. Perguntamo-nos: o que essa história de (des)continuidades ensina para o tempo presente? Supomos, como hipótese de trabalho, haver algumas lições: a educação popular promovida pelo MEB, renunciando projetos de EDH, sofreu repressão e, em seu esforço contraditório para adaptar-se, descaracterizou-se; além disso, o MEB foi marcado por um otimismo pedagógico que acarretou em sua extinção: nem o aprofundamento da educação crítica nem sua remoção dos documentos do MEB alcançaram o intento de transformar a sociedade pela educação. Assim, este artigo analisou o processo dialético de continuidade e descontinuidade das atividades do Movimento de Educação de Base (MEB), discutindo sua criação, funcionamento, práticas educativas e trajetória antes e durante o período do regime ditatorial.

Para estudarmos esse processo, realizamos uma investigação de natureza qualitativa. Para tanto, recorreremos a fontes escritas, como as bibliográficas e documentais, entre elas, as cartilhas *Viver é lutar e Mutirão*, as cartas produzidas pelos educandos e monitores, roteiros de aulas e programas educativos produzidos pelos professores e supervisores do MEB; além das fontes legais, através do estudo dos Decretos Presidenciais nº 50.370/1961 e 52.267/1963. As análises foram subsidiadas por autores como Freire (2005), Kadt (2007), Góes (2002), Pollak (1992), Gomes, Silva; Ferronato (2022), entre outros.



No sentido de compreender o relevante percurso do MEB, este trabalho divide-se em duas seções: na primeira, discutimos a criação e o funcionamento desse potente movimento de educação popular, no auge de sua atuação, revisitando seus Documentos Legais, Regulamento, Relatórios e os Decretos Presidenciais de sua criação e ampliação. Ademais, as práticas educativas do MEB foram lembradas, a partir das produções de seus participantes, seja por meio das cartas de seus educandos e monitores, seja por meio dos roteiros das aulas e dos programas radiofonizados, e das lições da cartilha *Viver é lutar*, materiais educativos produzidos pela equipe de professores e supervisores do MEB, que refletem os ideais e a propositura do Movimento.

Na segunda seção, ressaltamos a proximidade entre o MEB e as ideias freireanas, que evidencia, para nós, uma educação voltada para o contato com os direitos humanos. Em seguida, situamos o Movimento em seu momento de nova redefinição de seus objetivos e de suas práticas, como estratégia para sobreviver ao violento período do golpe civil-militar, visivelmente percebido nas lições da cartilha *Mutirão*, adotada de forma impositiva para atender as exigências do regime ditatorial, marcando um momento de ruptura e descontinuidade dos ideais mebeanos por uma educação emancipadora e em prol dos direitos humanos.

O MEB NO INÍCIO DOS ANOS DE 1960: CRIAÇÃO E FUNCIONAMENTO

A criação do MEB dá-se em meio aos avanços tecnológicos e a mudanças sociopolíticas e econômicas iniciadas desde a década de 1950, período conhecido historicamente como “anos dourados”, época de grande efervescência política e ideológica, marcada, em especial, pela Guerra Fria (1947-1991) e pela disputa econômica global entre o capitalismo e o socialismo.

Nesse viés, o início dos anos de 1960, no Brasil, reflete o entusiasmo, a articulação e o engajamento de diversos movimentos e segmentos das classes populares, que percebiam o momento como favorável e suscetível à transformação de base estrutural do país, sobretudo, nos aspectos socioeconômicos e políticos.

Esse entusiasmo por mudanças também permeou a Igreja Católica, que percebeu a necessidade de uma maior aproximação com as classes populares. Uma considerável parcela



de religiosos brasileiros de base progressista, bem como, os leigos, influenciados pelas orientações do Vaticano¹, por meio da divulgação das encíclicas *Mater et Magistra* (1961) e *Pacem in Terris* (1963), envolviam-se em diversos movimentos sociais, sindicais e associações, situados tanto na zona urbana, quanto em áreas rurais.

Nesse momento de entusiasmo, surgem os diversos movimentos educacionais populares, almejando o combate à fome, à pobreza e ao analfabetismo, por meio de uma educação pautada, principalmente, nos princípios freireanos, voltada para a superação de uma educação bancária e em prol da emancipação das massas populares, buscando a garantia de seus direitos civis, sociais e políticos.

Os estudos sobre o MEB apontam uma sucessão de acontecimentos anteriores que favoreceu e influenciou não só sua criação, mas também sua implementação e funcionamento em nível nacional. De acordo com Fávero (2006) e Kadt (2007), a criação do MEB resultou das experiências positivas da educação radiofônica que já vinham sendo realizadas pelo Serviço de Assistência Rural (SAR), no Rio Grande do Norte, e pelo Sistema Radioeducativo de Sergipe (SIRESE), em Aracaju, ambos associados ao Sistema Radioeducativo Nacional (SIRENA), em funcionamento desde 1950.

Em 1960, Jânio Quadros, mostrou-se impressionado, quando visitou, em campanha presidencial, as instalações do SIRESE e conheceu o trabalho radioeducativo de alfabetização de adultos residentes em áreas rurais, no encontro com o arcebispo Dom José Vicente Távora, responsável pelas escolas radiofônicas em Aracaju (Kadt, 2007). Meses depois, Jânio Quadros foi eleito Presidente da República, recebendo uma carta escrita pelo arcebispo:

O nosso drama não é só alfabetizar. Junto a isso há a urgência de muito mais. Há urgências gritantes de se abrirem aos nossos camponeses, operários e suas famílias, as riquezas da educação de base, fundamental, educação que chamaríamos de cultura popular, a qual tem de fazer o homem despertar para seus próprios problemas, encontrar as soluções, aprender a comer bem, a defender sua saúde, a manter boas relações com seus semelhantes, a andar com seus próprios pés, a decidir seus destinos, buscar sua elevação cívica, moral, econômica, social e espiritual. É esta a escola que temos de jogar no seio das populações camponesas e operárias, através de seus

¹Sob o papado de João XXIII, iniciou-se o Concílio Vaticano II, fator internacional que, dedicado à atualização da Igreja e à sua ação no mundo moderno, concorreu para essa tendência progressista.



métodos próprios já experimentados e vitoriosos. (Távora, 1960 *apud* Fávero, 2006, p. 19)

Se por um lado a escrita epistolar fornece indícios da relação próxima entre o religioso e o presidente recém-eleito, por outro, evidencia a intenção de concretizar o que já havia sido idealizado: a ampliação das escolas radiofônicas para todo o país. Ademais, o trecho revela que uma ala da Igreja, representada pelo arcebispo, concebia a educação para além da alfabetização, centrada na cultura popular, vislumbrando o desenvolvimento do pensamento crítico-reflexivo dos sujeitos, para que fosse possível intervir positivamente na realidade das classes populares.

Bilhão e Klafke (2020) destacam outros aspectos que contribuíram para a criação do MEB, como a influência e o prestígio social secular da Igreja Católica e a boa relação dos religiosos (os que ocupavam os altos cargos hierárquicos) com o empresariado. Ademais, como lembra Cabral (2014), é possível compreender esse empenho pela implantação do MEB como expressão dos interesses eclesiásticos de preservar e ampliar sua influência social, ameaçada pela crise interna da Igreja (associada ao surgimento do Concílio Vaticano II) e pelo gradual distanciamento entre o discurso religioso e a dinâmica sociopolítica-cultural.

[...] Neste período a Igreja passou por transformações profundas e tomou a iniciativa de propor mudanças sociais e culturais em relação a alguns setores importantes da sociedade brasileira. A partir de uma análise institucional compreendemos que as modificações ocorridas no interior da Igreja são uma tentativa de defender seus interesses e de expandir sua influência. Desta forma, a instituição muda porque suas necessidades de adaptações forçam a alterações que estejam de acordo com as modificações da sociedade. (Cabral, 2014, p.170)

Esses aspectos contribuíram para a idealização e criação do MEB pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), com o apoio do Estado, representado pelo Presidente da República, Jânio Quadros, primeiramente, sob o Decreto Presidencial nº 50.370/1961 e, em seguida, sob o Decreto nº 52.267/1963, assinado pelo Presidente João Goulart, que ampliou a atuação do MEB para as demais áreas em desenvolvimento do país.

O acervo digital do Centro de Documentação e Informação (CEDIC), da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), disponibiliza para consulta pública, o Fundo



MEB, que dispõe de alguns documentos produzidos pelo Movimento, onde é possível acessar a Apostila – 1 e visualizar, por exemplo, os *Documentos Legais do MEB* (MEB, 1961).

O Art. 1º do primeiro decreto evidencia o acordo firmado entre o Estado e a Igreja Católica, criando o MEB, através das escolas radiofônicas, cuja implementação, nas áreas subdesenvolvidas do Norte, do Nordeste e Centro-Oeste do Brasil, seria de responsabilidade da CNBB, que firmou vários Convênios com os Ministérios², a partir de Decretos Presidenciais, operacionalizando os sistemas radioeducativos (fisicamente, estruturalmente).

O MEB, a partir disso, “estruturou-se através de um conselho diretor nacional, comissão executiva nacional, equipe estadual e equipe local” (Góes, 2002, p. 27) e da idealização à concretização passou-se pouco tempo, especialmente onde as dioceses já possuíam emissoras de rádio (Kadt, 2007). Todavia, nas regiões rurais mais afastadas, o processo de implementação era lento, porque era preciso testar o alcance do sinal de rádio e selecionar o local de instalação e funcionamento da escola radiofônica.

Concretamente, o MEB dependia muito do trabalho voluntário de monitores, homens e mulheres, jovens ou adultos que, muitas vezes, possuíam uma formação mínima, mas que eram capazes de receber e compreender as instruções recebidas pelo rádio e, posteriormente, orientar e reproduzir as aulas para os alunos. Portanto, a monitoria era considerada “uma das peças mais essenciais da engrenagem do MEB. Durante o primeiro ano de operação, o monitor (ou a monitora) era nomeado (a) pela direção e, mais tarde, passou a ser escolhido (a) pelos próprios camponeses” (Kadt, 2007, p. 155).

Ressaltamos que, mesmo sem uma definição do que seria uma educação de base pelo Decreto, o conteúdo da carta de Dom Távora dá uma ideia de que só alfabetizar não estaria nos planos do Movimento, no entanto, o momento exigia cautela por parte de seus idealizadores. Por isso, no seu *Regulamento* (MEB, 1961, p. 20), o Movimento afirmava entender a educação de base como “o conjunto de ensinamentos destinados a promover a valorização do homem e o soerguimento das comunidades”.

²Inclusive, com órgãos e empresas públicas e privadas.

Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 33, n. 1, p. 1-25, e-rte331202462, 2024.



Em dezembro de 1962, as intenções do MEB, como programa educativo de alto alcance pelo rádio, ficaram mais nítidas e, após ampla discussão e reflexão, envolvendo seus principais participantes reunidos no 1º Encontro Nacional de Coordenadores, o MEB redirecionou seus objetivos, alinhou sua proposta político-pedagógica e sua prática educativa, admitindo a conscientização do povo como um de seus principais objetivos. Posteriormente, foram registrados os principais pontos discutidos e que careciam de elaboração e planejamento, como os objetivos gerais e os específicos, assim elencados: alfabetizar, conscientizar o povo, animar grupos de representação e valorizar a cultura popular.

Além disso, o MEB concordou em “ter uma cartilha que *alfabetizasse* ao mesmo tempo que *levasse* à uma conscientização” (MEB, 1962, p. 2). É, pois, a partir da execução desse novo redirecionamento, ou seja, das novas práticas de conscientização, manifestamente associadas à politização crítica, que o Movimento ganhou ainda mais destaque no contexto educacional. Em contrapartida, o MEB despertou, em âmbito nacional, os olhares atentos e a insatisfação de parte da população que passava a sentir-se ameaçada em seu *status* (empresários, latifundiários, políticos conservadores etc.).

Tal fato já era de conhecimento do Movimento, inclusive, logo abaixo de seus novos objetivos, formulou-se um *Quadro resumo de objetivos gerais* com a seguinte menção, que pode ser traduzida como alerta e orientação: “uma explicação maior dos objetivos do MEB feita nas instruções gerais do MEB, apenas para uso interno. Para escolher a melhor colocação, deverá ser feita, pelo MEB Nacional, uma consulta jurídica” (MEB, 1962, p.1).

Chama nossa atenção que, como ontem, hoje, discursos conservadores demonizem práticas educativas críticas, de caráter progressista e interessadas na conscientização. Se a história do MEB se construía em meio à uma tensão intrínseca, ao educar para a mudança de uma sociedade muito desigual, em que as classes dominantes nacionais detinham o poder do Estado ou do mercado, com o apoio de interesses internacionais (Dreifuss, 1981), na atualidade, os discursos da extrema direita – com ataques ferozes contra os direitos humanos no plano político-partidário (Silva, 2019) e contra figuras de destaque no campo educativo, como Paulo Freire, pelo movimento “Escola sem Partido” (Catrinck; Ribeiro, 2021) – atestam que as



injustiças continuam gritantes e a educação, um terreno de disputas. Evidenciar que as práticas do MEB antecipavam a educação em direitos humanos leva-nos a reconhecer a resistência da cultura de violência que organiza nossa sociedade. Assim, apresentamos, a seguir, parte da memória das práticas do MEB e suas relações com os direitos humanos, seja por meio dos roteiros de suas aulas e programas radiofonizados, seja pelas cartas de seus monitores e alunos, ou ainda, pelas lições da cartilha *Viver é lutar*, produzida por docentes e supervisores do MEB.

Memórias de uma prática educativa: o MEB e os direitos humanos

As práticas educativas do MEB traduzem o desejo por mudanças necessárias e urgentes para as classes populares desfavorecidas socioeconomicamente, em particular, para a população do campo, que sofria, com maior intensidade, as severas consequências de um longo período de escravização e, posteriormente, da servidão, do coronelismo e do clientelismo.

Assim sendo, muito do que o Movimento elaborou e produziu para alfabetizar e conscientizar (através de professores e supervisores das equipes estaduais e locais) tinha como base a problematização e a discussão acerca dessa dura realidade de negação dos direitos humanos vivenciada por seus alunos e monitores, como o direito à saúde, à educação, à alimentação, a melhores condições de trabalho, ao salário justo, entre outros.

Logo, percebemos as produções escritas pelos participantes do MEB como suporte de uma memória coletiva (Pollak, 1992, p. 201), que refletem as subjetividades, os sentimentos, os desejos, as inquietações, as dificuldades enfrentadas por pessoas vinculadas ao Movimento, mas também suas conquistas, e que, possivelmente, se transformariam em práticas efetivas.

Devido ao objetivo deste artigo de analisar o processo dialético de continuidade e descontinuidade das atividades do MEB, optamos por discutir pontos de articulação entre a prática educativa do MEB e os direitos humanos, a partir de aulas, de cartas de monitores (as) e alunos (as) e de uma lição da cartilha *Viver é Lutar*.



Narramos, a seguir, um roteiro de aula, produzido pela equipe do MEB de Natal/RN que faz parte de uma programação de aula radiofonizada, dividida em seis etapas³, cujo tema foi *Comunidade*. As aulas dramatizadas por docentes-locutores foram transmitidas de 07 de novembro a 13 de dezembro de 1963.

Os personagens da história são os amigos Antonio e Manuel da comunidade Jurema, ambos são trabalhadores do campo, que iniciam a narrativa dialogando sobre uma situação que era vivenciada por muitos alunos e monitores do Movimento: a exploração do trabalho dos camponeses. Entendemos que Antonio já conhece as ações do sindicato rural e tenta convencer o compadre Manuel a filiar-se também.

Para direcionar as reflexões, a equipe elaborou *Perguntas para debate*, momento quando se esperava que o monitor discutisse a situação com os alunos, fomentando a conscientização. Nessa aula, as perguntas foram: “1ª) Será que em sua localidade existem pessoas que pensam como Manuel? 2ª) Antonio está certo quando diz que a união faz a força? Por quê?” (MEB/Natal, 1963, p. 4).

Já no município de Tabira/PE, a discussão sobre a “união faz a força” motivou o aluno Agenôr Marques Ferreira a escrever à equipe local (Figura 1), dizendo: “estou muito satisfeito com este sindicato que *tal vés* melhore nossa vida [...] *ja* me disseram que *nos estava errado* com esse sindicato rural mas eu digo *assim*, vamos errar com a igreja me responda se estou *serto* ou não⁴” (MEB, 1959-[1963], s.p.).

Apesar dos visíveis desvios linguísticos, próprios do indivíduo em processo de alfabetização, o aluno se fez entender. Nesse caso, ele já havia percebido o papel do sindicalismo rural e a possibilidade de melhorias para sua própria vida e a do povo do campo.

Figura 1 – Carta de aluno do MEB/PE.

³1 - Significação de ajuda mútua; 2 - Aspecto higiene; 3 - Significação de ser associado ao sindicato; 4 - Relação com o sindicato; 5 - Trabalho conjunto com resultado para a comunidade; 6 - Festas da comunidade – comemorações do Natal (MEB/Natal, 1963, p. 1). O trecho em análise pertence às etapas 4 e 5.

⁴São verificados trechos de transcrições diretas com erros ortográficos e outros desvios linguísticos, porque mantivemos a redação do texto original, conforme a fonte consultada.



Aluno da Escola Radiopônica em
Sítio Povo de Lage m. de Tabira
Agenor Marques Ferreira

Olhe quero dizer-lhe que estou
muito satisfeito com este Sind-
cat que tal vés melhora nossa
vida, e eu vou me casar
no dia 28 de proximo corrente
preciso de trabalhar muito
vou começar outra vida.
Quero também dizer-lhe que
já me disseram que nos estava
errado com esse Sindicato mural
mas eu digo assim, vamos
errar com a Igreja que
me responda se estou certo
ou não

nada mais agradeço
aluno Agenor
M. F.

Fonte: MEB (1959-[1963], s.p.).

Importante ressaltarmos também o vínculo entre certeza e religião (“vamos errar com a igreja, me responda se estou *serto* ou não”): com sua pergunta, o aluno atestava sua assimilação da referência eclesial como autoridade asseguradora da verdade, num contexto de tensões (“estou muito satisfeito com este sindicato que *tal vés* melhora nossa vida [...] *ja* me disseram que *nos estava errado*”). Aqui, há o registro da adesão sindical, mas, ao mesmo tempo, a expressão de incerteza (no emprego do advérbio de dúvida) acerca dos ganhos por essa mudança profissional; há também a referência à crítica externa ao sindicato, a que se contrapõe a confiança na Igreja, como certificadora e confirmante do bem implícito na escolha. Confirmava-se, assim, com esse testemunho, o alcance de objetivos intrínsecos ao MEB: consolidar e estender a influência da Igreja Católica junto à população atendida pelo programa, motores para a tentativa de dar continuidade ao MEB, mesmo após deflagrado o golpe civil-militar de 1964.



As cartas enviadas pelos alunos e monitores foram uma estratégia implementada pelo Movimento, a fim de ajudar as equipes locais a sondarem o que se passava nas escolas radiofônicas. Logo, os monitores informavam o andamento da escola, enviavam as fichas de frequência dos alunos e dinheiro para comprar materiais (pilhas para o rádio, querosene para o lampião). Mas, com o tempo, os conteúdos das cartas diversificaram-se: eram emitidos recados e convites (para casamento, batizado, noivado, aniversário) aos membros da equipe local, solicitadas músicas, enviados versos de autoria própria com esperança de que a equipe lesse para todos no rádio – fato este que gerava grande expectativa, motivação e euforia nas escolas radiofônicas e, ao mesmo tempo, aproximação e intimidade entre seus participantes.

A afetividade pode ser verificada em várias cartas de alunos e monitores que eram destinadas à equipe local ou estadual, como a carta da monitora Dalvina Pereira Bezerra, de Serrote/PE, escrita em 01 de outubro de 1963, que revela entusiasmo, porque “[...] os alunos *queriam* mesmo tirar a mancha do analfabetismo, e lutarem por uma nova mudança [...]” (MEB, (1959-[1963], s.p.). No entanto, com o golpe civil-militar, a situação do MEB e de seus participantes se complicou e espalharam-se notícias pelo rádio, jornais e outros veículos de comunicação, informando que o Movimento era comunista e quem frequentasse as escolas radiofônicas, dentre alunos e monitores, seria preso.

As cartas dos monitores também reúnem memórias desse período de opressão, medo, intimidação, violência moral e de supressão dos direitos humanos, contudo, parte dos monitores nutria um sentimento de resistência, conscientemente ou não; refletiam, ainda, sobre como um movimento educacional popular criado pela Igreja Católica poderia ser comunista. A monitora de Salgueiro/PE, Alice Pereira da Silva, em 15 de maio de 1964, escreveu à supervisora, pedindo orientação sobre o que fazer. Ela relata que um capitão do exército exigiu que ela e outras monitoras entregassem os livros utilizados.

[Segundo o capitão] esta escola *e* do comunismo. Então eu respondi a ele, como *ê* que *esta* escola *ê* comunista, que quem liga com ela *ê* os padres; e as *pessoas* mais religiosas. Por *causa desta nuvidade*, ainda não *estou* funcionando. *Sim* que as cartilhas eu estou com *estas*. Pois não sou pessoa de *tomar conta*, de uma responsabilidade; e não *dár* conta. (MEB, 1959-[1964], s.p.)



Mais uma vez se confirma a força da influência eclesial no pensamento das pessoas responsáveis por sustentar as práticas educativas associadas ao MEB: Alice contra-argumentava não ser possível associar comunismo e catolicismo, fazendo da referência eclesial (os padres) a prova, em seu raciocínio, daquela impossibilidade. A presença da Igreja certificava, inclusive, por seu discurso religioso, a inviabilidade da assimilação do MEB ao comunismo (ateu, para o senso comum). A monitora foi capaz, por isso e por seu próprio senso de responsabilidade, de guardar o material que poderia, então, incriminá-la. De toda forma, a coragem dessa mulher ganhava um caráter político – mesmo que ela não parecesse interessada em política partidária – e de enfrentamento da repressão que agia contra todos os conteúdos considerados indesejáveis, pois a monitora ainda acreditava, um tanto ingenuamente, poder mais tarde fazer a turma funcionar nos moldes do MEB (“por *causa desta nuvidade*, ainda não *estou* funcionando. *Sim* que as cartilhas eu estou com *estas*. Pois não sou pessoa de *tomar conta*, de uma responsabilidade; e não *dár conta*”). No trecho, Alice referia-se a exemplares da cartilha *Viver é lutar*⁵.

Outra monitora, em Grossos/RN, Luzinete Cordeiro, também relatou à equipe local, por carta, datada de 18 de abril de 1964, que foi intimidada pelo prefeito da cidade.

[...] Com estas notícias de comunismo, surgiu uns boatos que estas escolas radiofônicas vão ter algumas complicações por causa dos livros, eu recebi ordem do prefeito para recolher os livros e mandar para a prefeitura, eu recolhi mais não mandei, pois recebi de suas mãos e só entrego a vocês, ao contrário com ordens de vocês, estou certa ou não? [...]. (MEB, 1959-[1964], s.p.)

A resistência à opressão manifestava-se, como vemos, pelas relações pessoais de confiança e fidelidade (“recebi de suas mãos e só entrego a vocês”), valores associados à dignidade pessoal. Luzinete só parcialmente atendeu às ordens da prefeitura (“eu recolhi, mas não mandei”), numa estratégia típica de retardar o atendimento à uma determinação superior, com vistas a ganhar tempo para reavaliar a situação, ao mesmo tempo em que se sinaliza uma

⁵Famosa por ter, em 20 de fevereiro de 1964, 3.000 (três mil) de seus exemplares apreendidos, pelo Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), sob ordens do Governador do Estado de Guanabara (atual município do Rio de Janeiro), Carlos Lacerda, que julgou o material como subversivo.

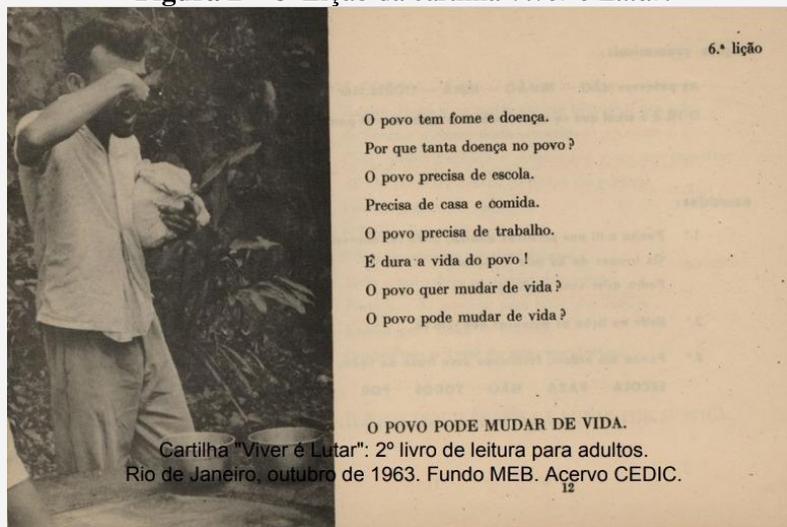
Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 33, n. 1, p. 1-25, e-rte331202462, 2024.



submissão inicial e se promove uma resistência que, mesmo não impedindo a repressão, a atenua, ao proteger parte do material censurado.

Como dito, no âmbito das práticas educativas mebeanas, era utilizada a cartilha *Viver é lutar*, alinhada aos conteúdos e temáticas trabalhadas nas aulas. Vejamos sua sexta lição:

Figura 2 – 6ª Lição da cartilha *Viver é Lutar*.



Fonte: MEB (1963, p. 12).

A sexta lição concentrava-se no realce a três direitos humanos básicos, alcançados deficientemente pelas populações de trabalhadores empobrecidos: alimento, trabalho e educação escolar. Partindo do questionamento da desigualdade, a partir do sofrimento (fome e doença) e da dureza da vida de grupos submetidos, há a sugestão da mudança, através de duas interrogações: “o povo quer mudar de vida? O povo pode mudar de vida?” Querer e poder, por conseguinte, são sublinhados para provocar a reflexão e a última sentença interrogativa é transformada em afirmação, como resposta às perguntas anteriores, mas também em uma declaração de direitos e poderes. “O povo pode mudar de vida” traz implícito o raciocínio complementar: “você, por ser do povo, também pode mudar de vida”.

Logo, era esperado que a leitura da palavra-imagem conscientizasse o alunado sobre as diversas situações de negação ou supressão de seus direitos experienciadas cotidianamente. A



cartilha segue uma sequência narrativa com os roteiros das aulas radiofônicas e dos programas que eram dramatizados. Seus personagens são associados a fotografias de pessoas reais, retratadas em situações autênticas do dia a dia, em família, em atividades laborais, no sindicato, na igreja, contribuindo para alfabetizar, mas principalmente, para conscientizar e emancipar as massas populares na busca por direitos e por uma vida justa e digna.

O MEB E A DITADURA MILITAR: RESISTÊNCIA E (DES)CONTINUIDADE

A repressão provocada pelo golpe civil-militar de 1964 atingiu duramente os movimentos populares e seus líderes e participantes se viram encurralados em meio a iniciativas violentas de censura e de deturpação da memória. O cenário dessa época perdia as cores adquiridas durante os anos da efervescência popular que o antecederam, os líderes eram exilados, os movimentos impedidos de continuar suas atividades, os materiais, as cartilhas e os folhetins produzidos passavam a ser considerados subversivos e contra a ordem vigente.

O exílio, a queima dos materiais, as ações violentas, astutas e, por conseguinte, nada humanistas, dos partidários do golpe davam ao Brasil um tom cinza, mórbido e sombrio. Nessa época, o MEB, segundo Ventura (2001, p. 12), foi um dos únicos grandes movimentos a “sobreviver [...], sob o custo da ruptura com os compromissos da educação de classe que vinha desenvolvendo e da revisão dos seus pressupostos teóricos e metodológicos, além da sua mudança geográfica (deslocamento do Nordeste para a Amazônia)”.

Consequentemente, para o MEB dar continuidade à sua prática educativa durante o período da ditadura, teve que pagar um alto preço: retirar do seu projeto a essência política e conscientizadora inspiradas nos ensinamentos de Paulo Freire, conquistando um importante destaque nos anos anteriores. “A mudança de orientação observou-se imediatamente no nível didático. Viver é lutar era substituído pelo Mutirão, passando o MEB da ênfase sobre a conscientização para a ênfase sobre a ajuda mútua. Segundo Emmanuel Kant, a politização era substituída pela cristianização”, lembra Leal (1985, p.30).

Assim, a postura que deveria ser adotada para que o Movimento resistisse ao regime seria deixar de lado a mobilização e a luta popular para assumir um caráter evangelizador ligado



à ordem, à cooperatividade, à família e a Deus. Não podemos esquecer: sendo o MEB criado por iniciativa eclesial, a ala conservadora da Igreja Católica (que apoiou o golpe) mostrava-se interessada por retomar sua influência no interior da instituição e manter os vínculos estabelecidos com os órgãos federais. Nesse sentido, restava ao clero continuar com um programa cuja descaracterização – se comparado às intenções primárias do Movimento – permitiu apenas manter o nome original, usado para manter a influência alcançada junto às populações atendidas pelo MEB.

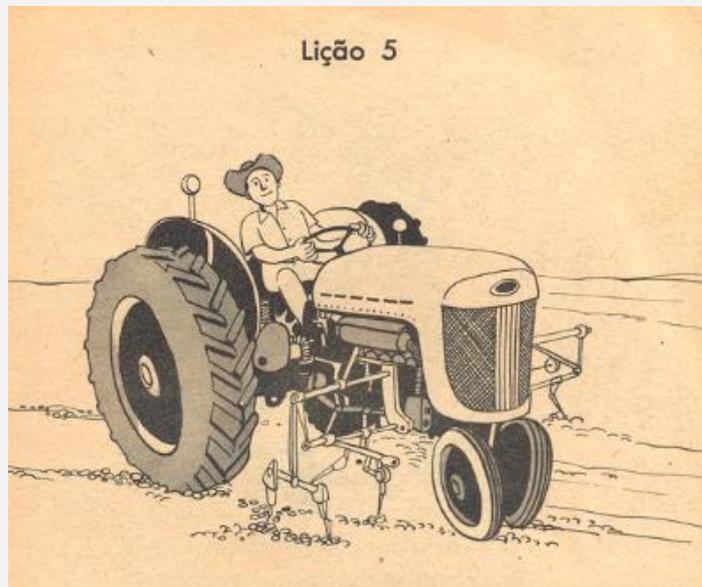
Para que essa mudança pudesse ser concretizada, uma das principais ações tomadas foi a substituição da cartilha *Viver é lutar* por sua nova versão, *Mutirão*, criada em 1965.

A notícia sobre a apreensão das cartilhas foi amplamente divulgada pelos meios de comunicação brasileiros. A partir daquele momento, o MEB passou a ser associado ao comunismo, devido as “cartilhas subversivas dos Bispos”. Por isso, após a instauração da Ditadura Militar e da instauração dos Atos Institucionais, houve a perseguição aos trabalhadores e voluntários dos movimentos. Assim, o MEB passou por reformulações, inclusive na cartilha. (Gomes; Silva; Ferronato, 2022, p. 8)

As modificações começam desde o próprio título do documento. As palavras que compõem o título da cartilha *Viver é lutar*, juntas, esclarecem o seu teor de conscientização por favorecer a mobilização popular, deixando claro que viver, como classe explorada, em uma sociedade estruturalmente elitista, seria lutar incansavelmente pela conquista dos direitos que, no papel, são concebidos a todos, mas, na prática, parecem estar nas mãos de uma pequena parcela da população.

Em contrapartida, a nova cartilha *Mutirão* evidencia a intenção de trazer para o povo a ideia de “cooperação” entre as pessoas para o exercício de um trabalho que esteja a serviço da família e agrade a Deus. Além do mais, como mostra a Figura 3, há um evidente distanciamento da realidade dos trabalhadores, quando a lida agrícola é apresentada com um recurso tecnológico de que dispunham, em geral, apenas os patrões e donos das terras: o trator.

Figura 3 – 5ª Lição da cartilha *Mutirão*.



Fonte: MEB (1965, p. 9).

Ao contrário de *Viver é lutar*, a cartilha *Mutirão* fez a substituição dos retratos reais dos trabalhadores e sujeitos do MEB, por desenhos, acentuando a distância entre vida real e imagem idealizada, com quem, com dificuldade, um trabalhador se identificaria. A mudança dos retratos para os desenhos, sob um grosso olhar, poderia não gerar grandes inquietações, haja vista que o trabalhador da terra continua sendo representado; porém, agora, a utilização do trator no campo significa a promessa astuta do progresso e da riqueza pela industrialização. Percebemos, então, a distância contextual da nova proposta.

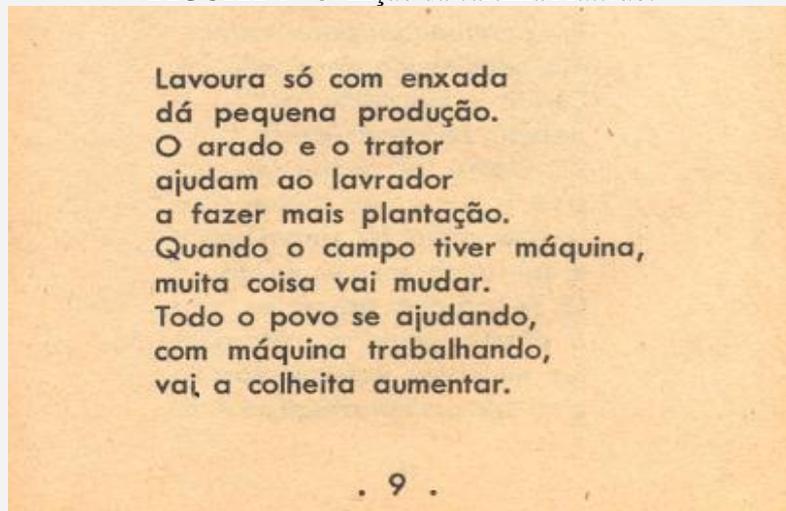
A ideia do desenvolvimento pela adesão à uma lógica instrumental fica clara quando comparamos os trabalhadores das Figuras 2 e 3: do homem, na Figura 2, mal não se vê o rosto, pois ele está envolvido na tarefa de alimentar-se em condições muito simples, de pé, para matar a fome com pressa. Os retratos reais da cartilha *Viver é lutar* traziam a aproximação com o leitor, dialogando com ele antes mesmo dos textos. Já o homem representado na Figura 3 está sentado, domina a máquina, sorridente ao arar a terra; ele somente trabalha, não parece ter qualquer necessidade básica por atender.

Outro ponto a ser observado é o modo como a máquina é colocada nesse contexto, ela é uma ajudante do trabalhador, o que deixa propositalmente de fora o questionamento sobre a



inserção das máquinas no campo, a substituição, exploração, desvalorização do trabalhador e o domínio das grandes indústrias. Assim, o argumento tecnológico – muito parecido, aliás, com o discurso defendido pelo agronegócio recentemente – pretendia explicar os problemas vividos pelo trabalhador com uma resposta superficial, associados à falta de tecnologia (e não nas relações de trabalho), sugerindo, ainda, a existência de um atraso a ser compensado pelo maquinário. Isso, pode ser constatado no texto, conforme a Figura 4, abaixo.

FIGURA 4 – 5ª Lição da cartilha *Mutirão*.



Fonte: MEB (1965, p. 9).

Observamos que a lição nº 5 da cartilha desvela uma perspectiva desenvolvimentista e industrialista do período da ditadura, que pode ser analisada pelas frases “Lavoura só com enxada dá pequena produção/[...] Com máquina trabalhando a colheita vai aumentar” (MEB, 1965, p. 9). Já as frases “O arado e o trator ajudam ao lavrador a fazer mais plantação/Quando o campo tiver máquina, muita coisa vai mudar” (MEB, 1965, p. 9) somente evidenciam a tentativa de colocar para o leitor/trabalhador a ideia camuflada de que as máquinas no campo servem como um meio para ajudar o trabalhador, o que deixa de fora a análise de como essa inserção traz lucro só ao dono da terra e do trator, não ao camponês ou operário.

Diferentemente de *Viver é lutar*, a cartilha *Mutirão* não é construída através de uma narrativa, mas de uma relação genérica entre categorias universais: “homem”, “natureza” e

Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 33, n. 1, p. 1-25, e-rte331202462, 2024.



“sociedade”, aplicáveis a quaisquer circunstâncias – e, então, distantes da especificidade local, gerando ambiguidades e ambivalências.

a cartilha aparenta ser tímida, pois possui formas sutis de levantar discussões e fazer críticas ao momento passado pelos trabalhadores rurais. Mutirão possui uma tônica tênue entre crítica e timidez. É preciso observar trechos e analisá-los bem para poder lê-los ou não como uma crítica. (Gomes; Silva; Ferronato, 2022, p. 12)

É notória a mudança de perspectiva dos textos e iconografias que compõem *Mutirão*, visto que, para o MEB continuar sobrevivendo, precisava adequar-se ao contexto do regime ditatorial, no qual, a ordem para o povo, a serviço do governo e do progresso dos donos do capital, era submeter-se sem questionar – o que ganhava cada vez mais espaço.

Se, por um lado, é necessário compreender que, na época, essa foi a única estratégia encontrada pelos fundadores do Movimento para continuar seus trabalhos em um contexto, no qual, tudo que se referia a melhorar a vida do povo passava a ser visto como subversão; por outro lado se evidencia a descontinuidade do espírito com que o MEB foi pensado inicialmente. Nisso reconhecemos uma contradição cuja dialética somente se explica em função de vários fatores: a própria divisão interna da Igreja, com diferentes grupos de tendências políticas opostas; o interesse eclesial em permanecer influenciando na vida das populações mais numerosas (justamente as compostas por trabalhadores); e, no fim das contas, um otimismo pedagógico que, supondo a possibilidade de conscientizar sem enfrentar o confronto violento com os grupos conservadores, concorreu para a extinção do caráter progressista do Movimento.

O MEB, talvez animado pela velocidade com que a alfabetização se dava, pareceu, em um nível inicial, supor essa mesma velocidade nas mudanças estruturais socioeconômicas, conservando-se os fundamentos culturais de que a adesão ao pensamento religioso dependia. Assim sendo, podemos enxergar uma paradoxal continuidade entre esses dois polos opostos: nem o aprofundamento da educação crítica nem sua remoção dos documentos do MEB alcançaram o intento de transformar a sociedade pela educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: LIÇÕES PARA O PRESENTE



Reviver e costurar os retalhos do MEB no tempo presente significa lembrar, pela relação entre continuidade e descontinuidade, que não existe fato capaz de ser compreendido distante de seu contexto.

Como movimento de educação popular de seu tempo, o legado, a história e as memórias das práticas educativas do MEB, hoje, fornecem caminhos por vezes sinuosos e contraditórios, definidos em torno de uma resistência que, por assim dizer, lhe custou a alma. Seu esvaziamento (Kadt, 2007) ou redirecionamento (Fávero, 2006) atestaram sua força inicial e os interesses que o ladeavam, em particular, aqueles da Igreja Católica, cujas próprias contradições foram determinantes, ao lado da influência sobre a religiosidade popular, para a contraposição política que analisamos no corpo dos materiais produzidos antes e depois do golpe de 1964.

É interessante pontuarmos que essa postura de uma Igreja preocupada com a formação popular dos sujeitos foi possível, devido à sobreposição dos ideais da ala menos conservadora da Igreja, em conformidade com as modificações da época, a formação do Concílio do Vaticano II e o aparecimento da Teologia da Libertação.

O MEB, mesmo associado a um ideal democrático e progressista, com apoio de grupos católicos interessados em mais justiça social (animados pelos movimentos internacionais), quando da instauração do golpe civil-militar, sofreu duramente as consequências da violação de direitos humanos, pois seus participantes foram ameaçados, perseguidos, desrespeitados e desmoralizados. Se sobreviveu, teve de renunciar aqueles ideais de conscientização e mudança, para submeter-se ao discurso “pacificador” da adesão à uma lógica que reduzia os problemas da terra e do trabalho a limites tecnológicos, meramente instrumentais.

Sendo assim, o MEB antecipou um dilema próprio aos direitos humanos e à educação pelos quais se interessa: como promover uma cultura de mais justiça e paz em meio a um sistema socioeconômico e cultural definidos pela desigualdade? Qual o efetivo poder que o esclarecimento crítico – a conscientização – tem, no sentido de garantir mais espaço para os direitos humanos? E, no caso brasileiro, como conseguir esses espaços quando o Estado, responsável pelo atendimento de vários dos direitos humanos básicos, muitas vezes, ao longo da história de nossa república, pôs-se contrariamente aos valores democráticos? Nossa história



recente é evidência de um arranjo sociopolítico capaz de trair os fundamentos da democracia através dos próprios instrumentos... democráticos!

Se, como a experiência do MEB salientou, é inegável a forte relação entre educar e politizar, também essa história nos ensina – e, provavelmente, também às iniciativas de difusão dos direitos humanos em nossa cultura através da educação – que aquela relação por si mesma não garante alcançarmos o exercício democrático nem o respeito aos direitos humanos.

Observamos que, no auge de sua atuação, as práticas educativas mebeanas alinhavam-se e repercutiam nas ondas dos rádios, atingindo áreas longínquas. O recurso dos meios de comunicação de massa antecipou, em décadas, aqueles outros vinculados às mídias digitais e à internet, extensamente utilizados hoje – um espaço também marcado por ambiguidades, servindo tanto à informação como à desinformação, tanto às trocas cooperativas como à competição desenfreada. Há, nesse campo, (des)continuidades a serem também consideradas, inclusive para pensarmos as possibilidades de transformar práticas sociais desiguais. Talvez, como principal lição que permanece atual, o essencial de todo processo educacional é comunicar para promover o pensamento crítico, tão indispensável hoje, quanto nos anos 1960.

Pensada com os olhos contemporâneos, a história do MEB tem em comum com nosso tempo a reiteração do reconhecimento do campo educacional, como prática de correlação de forças, com avanços e retrocessos, continuamente, justamente por esse campo ser um plano decisivo para a formação de cidadãos (ou de massas de manobra); fazendo-se espelho do ambicioso projeto da modernidade, do qual fazem parte também os direitos humanos.

Mediante ao exposto, é pertinente rememorar as práticas desse amplo movimento de educação popular que, semeou esperança para uma grande parcela segregada da sociedade, cuja história e memória foram excluídas. Com o MEB, sujeitos/trabalhadores puderam esperar, entendendo que, a partir do contato com uma educação preocupada com a mudança e a justiça social – no que hoje lemos uma educação para os direitos humanos – era possível alcançar outros direitos, em um processo incessante, em movimentos sempre dialéticos.

REFERÊNCIAS

Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 33, n. 1, p. 1-25, e-rte331202462, 2024.



BILHÃO, Isabel Aparecida; KLAFKE, Álvaro Antonio. Do SIRENA ao MEB: articulações entre empresários, Igreja Católica e Estado para a implantação da radioeducação no Brasil (década de 1950). **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, v. 25, e250052, 2020.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. **Censo Demográfico 1960**. Rio de Janeiro, 1960.

CABRAL, Bruna M. A Igreja Católica e os mecanismos de atuação no meio rural brasileiro (1955-1964). **Revista Escritas**, v. 6, n. 1, 2014.

CATRINCK, Isabela M. O.; RIBEIRO, Maria Clara M. A. Paulo Freire e o pensamento educacional progressista brasileiro: ataques do Escola sem Partido. **Revista Teias**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 67, p. 72-84, out. 2021.

DREIFUSS, René A. **1964: a conquista do Estado**. Ação política, poder e golpe de classe. 3. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1981.

FÁVERO, Osmar. **Uma pedagogia da participação popular**: análise da prática educativa do MEB – Movimento de Educação de Base (1961-1966). Campinas: Autores Associados. (Coleção Educação Contemporânea), 2006.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

GÓES, Moacyr de. *Voz Ativa*. Os movimentos de cultura/educação popular. In: CUNHA, Luiz Antônio; GÓES, Moacyr de. **O golpe na educação**. 11. ed. – Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. p. 15-30.

GOMES, Bianca Sthephanny Martins; SILVA, Indayane Gomes da; FERRONATO, Cristiano. Viver é lutar com o mutirão: cartilhas como instrumento de ação no movimento de educação de base (1962 – 1965). **Revista @mbienteeducação**, São Paulo, v. 15, n. 00, p. 1-22, 2022.

KADT, Emanuel de. **Católicos radicais no Brasil**. Brasília: UNESCO, MEC, 2007. (Coleção Educação para todos; 17).

LEAL, Maria Cristina. **As alterações sofridas pelos conceitos de cultura popular e educação popular ao longo da história brasileira**: do Império à República. Rio de Janeiro, 1985 (mimeo.).

LIMA, Jéssika Maria. A resistência do movimento de educação de base no Piauí durante o regime militar. **Humana Res**, v. 1, n. 1, 2019, p. 132-143.



MEB. Correspondência de alunos e professores. Série: Correspondência entre Escolas Radiofônicas. Natal (1959-[1963, 1964]). Fundo MEB. Acervo CEDIC. Mostra Virtual – Memória da Educação: Movimento de Educação de Base e suas Escolas Radiofônicas. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/cedic/meb/nas-ondas-do-radio/arquivos-pdf/2-correspondencias-alunos-monitores-0.pdf>. Acesso em: 05 maio 2024.

MEB. Documentos Legais. Apostila – 1, série A, s/l: s/d. 35p. (1961). Fundo MEB. Acervo CEDIC. Mostra Virtual – Memória da Educação: Movimento de Educação de Base e suas Escolas Radiofônicas. Disponível em: http://www4.pucsp.br/cedic/meb/o-meb/arquivos-pdf/1_apostila-documentos-legais.pdf. Acesso em: 05 maio 2024.

MEB. Relatório do I Encontro de Coordenadores. (1962). Conclusões/1. Projeto de Pesquisa Centro de Memória Viva. Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás. Banco de Dados dos Projetos: Projeto Regional: Centro Oeste Centro Memória Viva Documentação e referência em EJA, Educação Popular e Movimentos Sociais; Projeto Estadual: Goiás Centro Memória Viva Documentação e referência em EJA, Educação Popular e Movimentos Sociais; Subprojeto: Movimento de Educação de Base em Goiás (MEB-GO). Documento 322, Seção: Referencial Teórico, Série: Institucional, Dossiê: RT INS MNO - Dossiê 2 MEB Nacional e MEB outros Estados. Disponível em: https://www.fe.ufg.br/nedesc/cm/visao/formularios/RelatorioDocForm.php?cod_projeto_regional=1&cod_projeto_estadual=1&cod_sub_projeto=1&titulo=&autoria=&genero=&palavra_chave. Acesso em: 04 maio 2024.

MEB/Natal. Série Mensagens transmitidas em aulas. (1963). Programação da Emissora Rural de Natal. Fundo MEB. Acervo CEDIC. Mostra Virtual – Memória da Educação: Movimento de Educação de Base e suas Escolas Radiofônicas. Disponível em: http://www4.pucsp.br/cedic/meb/nas-ondas-do-radio/arquivos-pdf/D_Mensagens-Emitidas_0.pdf. Acesso em: 03 maio 2024.

MEB. Cartilha “Viver é Lutar”: 2º livro de leitura para adultos. Rio de Janeiro. (1963). Fundo MEB. Acervo CEDIC. Mostra Virtual – Memória da Educação: Movimento de Educação de Base e suas Escolas Radiofônicas. Disponível em: <http://www4.pucsp.br/cedic/meb/nas-salas-de-aula/arquivos-pdf/2-2-cartilha-viver-lutar.pdf>. Acesso em: 5 maio 2024.

MEB. Cartilha Mutirão: 2º livro de leitura. Rio de Janeiro. (1965). Disponível em: <http://www4.pucsp.br/cedic/meb/nas-salas-de-aula/arquivos-pdf/2-2-cartilha-viver-lutar.pdf>. Acesso em: 5 maio 2024.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. v. 5, n. 10, 1992. p. 200-212.

Revista Temas em Educação, João Pessoa, Brasil, v. 33, n. 1, p. 1-25, e-rte331202462, 2024.



SILVA, Emanuel Freitas da. Os direitos humanos no “bolsonarismo”: “descriminalização de bandidos” e “punição de policiais”. **Conhecer**: debate entre o público e o privado, v. 9, n. 22, p. 133–153, 2019.

VENTURA, Jaqueline Pereira. **Educação de Jovens e Adultos trabalhadores no Brasil**: revendo alguns marcos históricos. 2001. Disponível em: <http://ppgo.sites.uff.br/wp-content/uploads/sites/296/2017/12/educacao-jovens-adultos-trabalhadores-revendo-marcos.pdf>. Acesso: 09 maio 2024.

SOBRE A AUTORIA:

[*] Graduada em Pedagogia e mestranda no Programa de Pós-graduação em Direitos Humanos, ambos na Universidade Federal da Paraíba. <https://orcid.org/0000-0002-2280-8305>. E-mail: emmilyeds22@gmail.com

[**] Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal da Paraíba. Professora Efetiva de Língua Portuguesa da Secretaria de Estado da Educação da Paraíba – SEE/PB. <https://orcid.org/0000-0002-0888-2867>. E-mail: kilmacristeane@uol.com.br

[***] Doutorado em Educação pela Universidade Federal da Paraíba. Professor do Departamento de Fundamentação da Educação e do Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos da Universidade Federal da Paraíba. <https://orcid.org/0000-0003-0554-2514> - e-mail: fcba@academico.ufpb.br

Submetido em: junho de 2024.

Aprovado em: setembro de 2024.

Publicado em: novembro de 2024.